

A infundável vocação de acreditar que as frustrações acabarão

GAZETA

ECONOMIA - Brasil

MERCANTIL

4 MAI 1980

José Eduardo de Oliveira Lima*

A virtude da resignação da sociedade brasileira só tem correspondência na infundável vocação de acreditar que um dia as suas frustrações possam ser eliminadas.

Os últimos 20 anos foram fartos na criação de expectativas de diminuição da miséria, aumento do emprego, acréscimo real dos salários, distribuição justa de renda, enfim, da melhoria qualitativa das condições de vida da sociedade brasileira.

Acumularam-se as frustrações. Na década de 70, o "milagre brasileiro", não por falta de fé, beneficiou alguns poucos. O bolo cresceu e não foi repartido. Poucos puderam desfrutar as amenidades do oásis de prosperidade. Iniciou-se a década de 80, e a panela continuou vazia. Por ter participado ativamente, nesse período, na formulação da política econômica, o ex-ministro Simonsen pode nos ajudar a entender as frustrações que se sucederam. Com seu habitual refinamento, recorria à Física para explicar o atraso, a demora na obtenção de resultados consequentes às decisões tomadas na área econômica. Ocorria algo semelhante ao fenômeno da histerese eletromagnética.

Numa interpretação vulgar, explicava que tal ação poderia até mesmo produzir, durante algum tempo, resultados contrários aos desejados. O "algum tempo" do ex-ministro nunca teve seu limite fixado com precisão. É uma justificativa curiosa, mas pode bem aproveitar ao ministro Delfim, ao ministro Veloso, ao professor Pastore e a outros expoentes da ciência econômica.

Em meados da década, encerra-se o ciclo da República Militar. O contingente de descamisados é crescente.

A Nova República trouxe propostas de reformas. Envelheceu precocemente; deram-lhe sobrevida desnecessária; veio a falecer em meio à melancólica permissividade, alimentada até o fim por indigesto feijão com arroz, apreciado prazerosamente pelas elites.

Chegamos ao Brasil Novo com retemperadas esperanças. A eleição do presidente por voto direto, refletindo a vontade popular, completaria o processo de democratização do País. Os poderes Executivo e Legislativo exerceriam suas atribuições nos limites impostos pela Constituição, enquanto o Judiciário, vigilante, obstaria o trânsito do que pudesse ferir a fronteira da constitucionalidade.

A legitimização dos poderes vinha acompanhada de projeto que se propunha a resgatar os descamisados da miséria, neutralizar a ação dos especuladores, transformar estruturalmente o sistema produtivo, implantando, ainda que tardivamente, o capitalismo moderno.

A decretação do Brasil Novo, por meio das medidas provisórias, apresentadas como fato consumado, ultrapassou aquela fronteira. Os constituintes que lavraram a Constituição deixaram-na órfã, ao abdicarem de suas prerrogativas, transferindo responsabilidades e poderes ao presidente.



O Poder Judiciário se submeteu aos fatos, desenhando-se a histerese constitucional.

Como ensina o prof. Norberto Bobbio, a democracia se caracteriza minimamente por um conjunto de regras, primárias ou fundamentais, que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos.

Significa dizer que não bastam a representatividade e a legitimação do presidente e do Congresso para convalidar decisões de interesses gerais, mas impõe-se que tais decisões obedeçam aos procedimentos constitucionais.

O plano econômico foi apresentado com estrutura sólida, bem arquitetado, com suficiente coerência para atingir os objetivos propostos. Cientistas econômicos de várias escolas reconheciam sua consistência embasada num diagnóstico abrangente e definitivo dos fatos econômicos. Nada escapou que não tivesse sido examinado. Restava para sua implantação a execução que a realidade sócio-econômica se conformasse à abstração concebida por seus criadores. Se assim não ocorresse, o vício não seria do plano mas decorrente da estupidez dos fatos.

Aos descamisados foi cometida a missão perene de acreditar na sua eficácia.

Transcorrendo o jogo, verifica-se que o contingente de descamisados crescerá pelo desemprego, pela redução dos salários. Certamente haverá, pelo corte da inflação, acréscimo do salário real para os que permanecerem empregados. Qual o crescimento desse salário dependerá do índice de inflação que o IBGE não sabe como calcular.

A liquidez congelada, à semelhança da água, como explica a Física, expandiu-se. O fenômeno da titularidade fez escapar a liquidez pelo ladrão. As elites, empresas e capitalistas do oásis de prosperidade converteram a moeda podre em moeda saudável rapidamente. A célebre recuperação dos mercados especulativos e marginalmente os valores registrados nos leilões de gado, cavalos de raca e ultraleves comprovam o milagre. Os poupançadores de valores inexpressivos, especialmente da caderneira de poupança, permanecem com seus cruzados. Na área fiscal adotou-se, pela isonomia, tratamento regressivo: 8% de IOF para todos, independentemente da riqueza e da data em que as aplicações foram feitas.

Na área financeira, pretendeu-se que os bancos prestassem para o pagamento da primeira folha de salários, após o plano, cruzeiros que não tinham sido emitidos.

Foram desacreditados o sistema financeiro e os instrumentos de poupança. O cruzeiro queima a mão e vai parar nos mercados paralelos ou no consumo desfreado.

Mas tudo isso é aquele efeito não desejado e que dura algum tempo.

A luta contra a inflação continua. A restrição ao consumo, o ajuste fiscal intenso e a contração da liquidez aprofundarão a recessão. Desenha-se a histerese econômica.

Keynes, décadas atrás, profetizou que a ciência econômica acabaria perdendo a importância — em matéria de significação social viria a equiparar-se com a odontologia. Histerese da profecia.

E, para que os cientistas econômicos precipitadamente não atribuam as observações a sentimentos menores, tomam-se emprestadas as conclusões de Joan Robinson, ensaio "Que Foi Feito da Política de Emprego?", Cambridge Journal of Economics, 1977.

"Os economistas, ainda repetindo fórmulas mágicas sobre o equilíbrio, estimulam as autoridades a adotar essas políticas deflacionárias, as mesmas que Keynes costumava classificar, na década de 30, como sádicas. É uma ironia que, depois de grandes realizações técnicas provocadas pela era do crescimento, tenhamos de voltar ao desemprego em grande escala e à pobreza em meio à abundância, numa era de frustração. Ka-

lecki tinha razão de ser pessimista; as modernas economias não souberam desenvolver as instituições políticas e sociais, no nível doméstico ou internacional, que são necessárias para tornar o pleno emprego compatível com o capitalismo.

Se essa visão já não espelha a evolução recente alcançada pelas economias desenvolvidas do Ocidente, retrata com fidelidade a realidade brasileira.

Acreditemos que se trata apenas de mais uma histerese, que a coragem e a determinação do presidente e a competência de seus economistas possam reverter.

* Secretário adjunto da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.